

CARTA BRASIL-CHINA

EDIÇÃO 11 _ JULHO 2015



Visita do Primeiro-Ministro **Li Keqiang** ao Brasil



ANÁLISE CEBC

ARTIGOS CONVIDADOS

Fabiana D'Atri e Octavio de Barros
Marcos Troyjo

ENTREVISTAS

Guicai Zhao, Presidente do ICBC no Brasil
Gavin Yang, Diretor de Relações Públicas e Comunicação para a região Sul da América do Sul da Huawei

UPDATE INSTITUCIONAL

ACORDOS E DISCURSOS

Patrocínio:



Visita de Estado do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil: definindo novos rumos para a relação bilateral



No contexto de uma relação bilateral de crescente relevância, tanto no plano econômico quanto político, a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, contribuiu para a consolidação da aliança estratégica entre os dois países e abriu novas fronteiras de cooperação em um momento de importantes transformações.

Além do Brasil, o Primeiro-Ministro chinês também visitou Colômbia, Peru e Chile, demonstrando a importância cada vez maior dada pela potência asiática às suas relações com a América Latina. Nos últimos anos, a China tem buscado expandir sua esfera de cooperação com países latino-americanos em áreas estratégicas e que podem trazer benefícios mútuos, sobretudo via investimentos e projetos de infraestrutura.

A relevância da visita de Li Keqiang ao Brasil se deve, primeiramente, ao fato de ter ocorrido menos de um ano depois da visita do Presidente Chinês, Xi Jinping, realizada em julho de 2014, o que indica uma aproximação mais concreta entre ambos os governos e o fortalecimento das relações bilaterais, inclusive no plano empresarial.

ACORDOS ASSINADOS

Ao longo da visita de Estado, foram firmados 35 acordos entre instituições e empresas de ambos os países, cobrindo áreas que vão do setor agrícola à pesquisa em tecnologia espacial, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Os acordos na área de energia confirmam a amplitude da cooperação entre os parceiros, abrangendo o já conhecido setor de petróleo e gás, ao mesmo tempo em que se expandem para as áreas nuclear, solar e eólica. Nesse contexto, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor Nuclear entre

a Eletrobrás/Eletronuclear do Brasil e a China National Nuclear Corporation (CNNC); outro entre a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX) e a BYD Energy do Brasil, na área de energia solar; e um acordo de cooperação envolvendo 321 MW em projetos de energia eólica no Brasil.

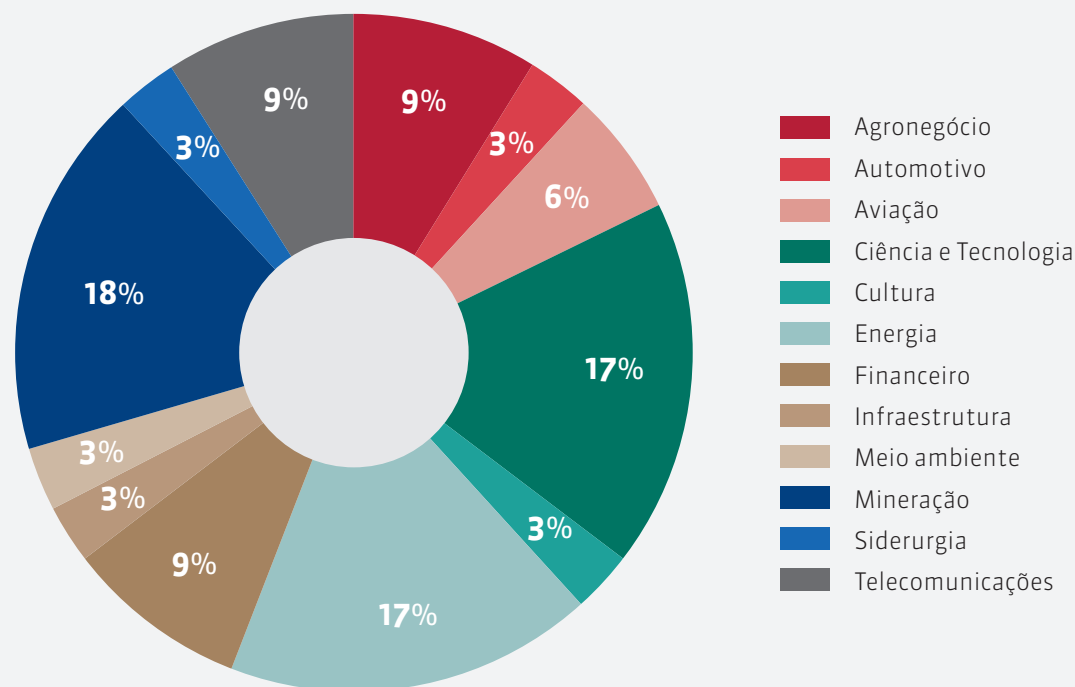
No setor de ciência e tecnologia, cabe destacar o contínuo aprofundamento do programa CBERS, com a assinatura do Protocolo Complementar para o desenvolvimento conjunto do CBERS4A, sexto satélite a ser lançado por ambos os países, com previsão para 2018.

No setor de mineração, houve forte presença da Vale, responsável pela assinatura de seis acordos – com destaque para a área financeira e de transportes – com parceiros chineses, incluindo China Ocean Shipping Company (COSCO), China Eximbank, Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) e China Merchants Bank.

O setor financeiro, que vem atraindo o interesse chinês em anos recentes, também teve participação significativa no contexto da visita. Foram assinados Memorandos de Entendimento entre Caixa Econômica Federal e ICBC, e BM&FBovespa e Bank of China. Na ocasião foi assinado também um Contrato de Compra e Venda de Ações do Banco BBM S.A. pelo Banco de Comunicações da China.

Cabe ainda mencionar que a visita buscou destravar temas da agenda bilateral que pouco avançaram desde a vinda do Presidente Xi Jinping, sendo o caso mais emblemático o embargo mantido pela China à exportação de carne bovina brasileira desde o fim de 2012. Naquele ano, o Brasil exportou US\$ 37,7 milhões do produto ao país asiático, quase quinze vezes mais que o valor das operações registrado em 2009, ano

GRÁFICO 1 - DIVISÃO SETORIAL: ACORDOS ASSINADOS NO CONTEXTO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA CHINA, LI KEQIANG



FONTE: MRE ELABORAÇÃO: CEBEC

em que o mercado chinês havia sido aberto à carne brasileira. Neste contexto, a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Li Keqiang assinaram um novo protocolo sanitário que deve permitir a retomada das exportações de carne bovina do Brasil para a China.

Também foi destaque a assinatura do acordo final para a venda de 22 aeronaves da Embraer para a companhia aérea Tianjin Airlines, subsidiária do Grupo HNA. O contrato, com valor estimado de USD 1,1 bilhão pelo atual preço de lista, compreende 20 E195 e dois E190-E2, tornando o Grupo HNA Tianjin Airlines a primeira companhia aérea chinesa a adquirir os E-jets E2. O acordo entre as duas empresas contempla no total a venda de 40 aviões e foi previamente anunciado durante a visita do Presidente Chinês Xi Jinping ao Brasil, um ano antes. Os 18 jatos E190-E2 restantes farão parte de uma segunda etapa de aprovação das autoridades chinesas.

O PLANO DE AÇÃO CONJUNTA 2015-2021

Além dos acordos, foi também assinado o Plano de Ação Conjunta entre Brasil e China para o período de 2015-2021, certamente um dos resultados mais esperados no contexto da visita oficial. O documento bilateral define, para um período de cinco anos, os objetivos, metas e orientações para a cooperação sino-brasileira e busca aprimorar a coordenação e atuação dos mecanismos existentes, assim como ampliar e aprofundar as trocas nas áreas política, econômica, agrícola, industrial, tecnológica e cultural.

A primeira versão do Plano de Ação Conjunta foi firmada em 2010, pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, estabelecendo o marco para as relações no período 2010-2014. A versão assinada re-



centemente visa, sobretudo, aprofundar, de maneira abrangente, a cooperação em comércio e investimentos, principalmente em projetos de infraestrutura.

A FERROVIA BIOCEÂNICA – UM PROJETO PARA O FUTURO

O projeto de construção de uma Ferrovia Bioceânica, cruzando a Amazônia desde o Centro-Oeste brasileiro e chegando ao Peru, que proporcionará ao Brasil acesso direto ao Oceano Pacífico, será sem dúvidas um dos grandes temas da relação sino-brasileira nos próximos anos. O projeto implica a atração de investimentos chineses e terá importantes repercussões econômicas em toda a cadeia do agronegócio, dada a possibilidade de atuação de empresas chinesas em

diversas etapas como a originação de grãos, o armazenamento, a logística de transporte, incluindo a construção ou gestão de terminais e portos, a exportação e a comercialização no mercado chinês.

Os Governos de Brasil, China e Peru realizarão em conjunto estudos básicos para analisar a viabilidade do projeto, considerando o alinhamento das rotas Campinorte (conectando a Ferrovia Norte-Sul) em Goiás, e terminando num porto da costa do Pacífico no Peru. Os resultados dos estudos deverão ser apresentados aos Governos em maio de 2016.

Brasil e China se deparam com o momento ideal para o avanço de suas relações estratégicas

Por Fabiana D'Atri e Octavio de Barros (Bradesco)

Brasil e China passam por momentos excepcionais. À primeira vista, a desaceleração em curso das duas economias e a necessidade de promover ajustes estruturais poderiam trazer apenas preocupações e nos fariam listar uma série de desafios à frente. No entanto, esse contexto acaba sendo praticamente ideal para se repensar e buscar novas alternativas. Assim, este ano se coloca como excelente oportunidade para os dois países enfrentarem os desequilíbrios internos e, ao mesmo tempo, encontrarem pontos comuns de interesse. Investimentos em infraestrutura e na cadeia de óleo e gás, aumento do intercâmbio comercial e financeiro e ampliação de mercados para alimentos devem prevalecer nessa nova fase das relações sino-brasileiras.

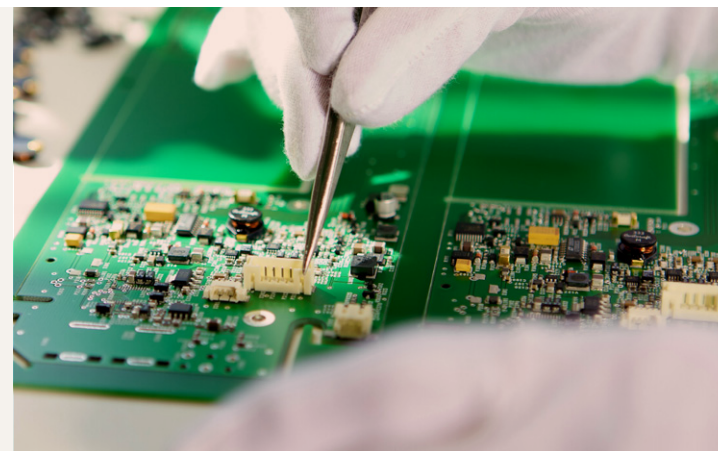
Quase que silenciosamente, ao longo dos últimos anos, a China vem redesenhando sua estratégia econômica e geopolítica. Hoje, a segunda maior economia do mundo se coloca como a principal exportadora global, interage em um comércio intra-asiático altamente integrado e detém uma pauta exportadora bastante concentrada em manufaturados de alto valor agregado. Além disso, representa parte relevante da demanda internacional de *commodities*. Em paralelo, promove uma mudança no arranjo financeiro

global ao criar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, lançar o ambicioso plano “*One road, one belt*”, para desenvolver e interligar a infraestrutura em diversas regiões e promover aquisições de empresas estrangeiras com atuação global.

Internamente, a despeito dessas conquistas alcançadas, transformações estruturais e reformas são prioritárias, assumindo um ritmo de crescimento menor – definido como o novo normal, com o PIB se expandindo entre 6 e 7% – frente às mudanças demográficas e restrições acumuladas nos últimos anos.

Destaque para a crescente e elevada alavancagem do sistema financeiro (comprometendo especialmente as finanças dos governos locais) e para o excesso de capacidade em diversos segmentos industriais. Investimentos começam a perder eficiência e enfrentam limitações para a sua expansão nos anos à frente, principalmente em infraestrutura. Outros desequilíbrios ficaram evidentes com problemas ambientais graves, como a poluição, e com aumento das disparidades de renda e acesso a serviços e à moradia. O governo também tem combatido firmemente a

Hoje, a segunda maior economia do mundo se coloca como a principal exportadora global, interage em um comércio intra-asiático altamente integrado e detém uma pauta exportadora bastante concentrada em manufaturados de alto valor agregado.



corrupção como forma de consolidar o poder da atual liderança. Certamente, não devemos nos esquecer da redefinição do papel do Estado e das estatais, que abrirá espaço para o setor privado – chinês ou estrangeiro. A transição para um modelo que dependa mais do consumo interno que das exportações e dos investimentos é o resultado desse novo arranjo de crescimento. Riscos nessa fase advêm do apoio que o atual presidente encontrará de seus aliados, uma vez que muitas reformas implicam necessariamente romper com grupos de interesses do passado.

A história brasileira, por sua vez, nos é bastante familiar. A lista de desafios, para este e os próximos anos, contempla ajustes de ordem econômica, política e corporativa. Após anos de baixo crescimento e com acúmulo de desequilíbrios, que comprometeram a competitividade e o potencial de médio prazo da nossa economia, não temos muitas alternativas. Como

meio para qualquer mudança, os ajustes fiscal e monetário deverão sacrificar a economia no curto prazo para entregar uma plataforma de desenvolvimento futuro. Aí, abertura comercial, reformas microeconômicas, ampliação dos aportes em infraestrutura e na cadeia de óleo e gás se colocam como instrumentos para retomarmos a capacidade de crescer acima dos 2%. Ao mesmo tempo, empresas nos segmentos de construção e petrolífero, fragilizadas pela operação Lava Jato, precisam ser reestruturadas. Em momentos como esses, avançar em uma agenda ambiciosa e estabelecer parcerias estratégicas parecem ser a grande e única oportunidade.

Frente a esses momentos excepcionais, de baixo crescimento e de elevados desafios internos, as relações comerciais e financeiras entre Brasil e China – já bem desenvolvidas – tendem a dar um salto em quantidade e qualidade. Podemos listar uma série de oportu-

nidades, com a liberação do mercado chinês para as carnes brasileiras, o aumento dos recursos chineses nos segmentos de óleo e gás e infraestrutura (logística, energia elétrica e telecomunicações) e a ampliação do mercado brasileiro para as empresas chinesas.

A corrente de comércio bilateral, que superou os US\$ 73 bilhões nos últimos 12 meses mantém o país asiático como principal parceiro comercial do País, com 16% das nossas vendas e 17% das nossas compras. Como efeito de comparação, o Brasil responde por cerca de 1,5% e 3,0% das exportações e importações da China, respectivamente. Essa relação tem sido construída com base no comércio complementar, com algum grau de dependência do lado da China, quando se pensa em *commodities*. Reforça esse caráter a posição que o Brasil ocupa como principal fornecedor de alimentos para a China e como o segundo maior de minério de ferro. Por outro lado, parte das relações comerciais embute elevada competição, especialmente na cadeia de bens manufaturados.

Cabe também uma breve retrospectiva dos investimentos chineses no Brasil. Primeiramente, entre 2009 e 2011, a busca pelo fornecimento de matérias-primas levou à aquisição de ativos relacionados aos recursos de mineração e petróleo – que se estendem até hoje. Em seguida, a partir de 2012, as indústrias começaram a chegar de forma mais emblemática, buscando explorar o mercado consumidor, principalmente aquele ligado à tecnologia e telefonia, a bens de capital e ao setor automotivo. Mais recentemente, notam-se movimentos mais estratégicos em infraestrutura – como transmissão e geração de energia –, e serviços, como bancos, especialmente para dar suporte às operações das empresas chinesas no País. Somado a isso, em aquisições e fusões de operações



Na teoria, as transformações em curso da economia chinesa abrem oportunidades concentradas no crescimento do consumo das famílias chinesas e na forma como essa demanda será atendida. Não é necessário dizer, portanto, que o potencial exportador de alimentos segue crescente.

globais, as grandes companhias do país asiático ganham cada vez mais espaço entre as corporações que estão no Brasil – movimento importante a ser acompanhado, que deve prevalecer daqui para frente.

Após recebermos o Primeiro-Ministro chinês Li Ke-qiang com uma delegação expressiva de empresários do país, cabe repensar a nossa estratégia com a China. Na teoria, as transformações em curso da economia chinesa abrem oportunidades concentradas no crescimento do consumo das famílias chinesas e na forma como essa demanda será atendida. Não é necessário dizer, portanto, que o potencial exportador de alimentos segue crescente. Mas a indústria chinesa continuará bastante competitiva, à medida que for agregando valor em suas cadeias e aumentando a integração dentro da Ásia. Esse permanece como um desafio, muitas vezes visto como uma ameaça, para a nossa indústria.

Na prática, contudo, considerações importantes devem ser feitas. A primeira é que, a despeito da disposição chinesa em estreitar as relações com o Brasil – no campo dos investimentos, do comércio, do intercâmbio tecnológico – e dos 35 acordos assinados entre os dois países, precisamos fazer nosso “dever de casa”. Isso fica evidente quando tomamos a oferta de US\$ 30 bilhões para a constituição de um fundo para investimentos em infraestrutura. Precisamos nos organizar para aproveitar não só os recursos, como também o expertise desenvolvido pela China no segmento – que hoje se coloca como uma das potências na construção de infraestrutura. Outro ponto é que, por ora, o relacionamento parece apenas ter se estreitado para poucas empresas brasileiras e a agenda do agronegócio deu passos mais na direção de promessas do que avanços concretos.



A despeito da disposição chinesa em estreitar as relações com o Brasil e dos 35 acordos assinados entre os dois países, precisamos fazer nosso “dever de casa”. Isso fica evidente quando tomamos a oferta de US\$ 30 bilhões para a constituição de um fundo para investimentos em infraestrutura.

Os acordos acertados, por sua vez, passaram quase que na sua totalidade por financiamento chinês – seja através de seus bancos de desenvolvimento ou dos comerciais – cuja presença vem crescendo por aqui. Além disso, parece importante contextualizar a visita de Li Keqiang, que passou por outros países na América Latina – com as mesmas intenções claras de ampliação dos investimentos em infraestrutura, que deverão ter como contrapartida a manutenção,

ou até expansão, do suprimento de matérias-primas e do mercado para seus produtos manufaturados. Se não aproveitarmos a oportunidade, outros o farão.

Diante disso, mantemos nossa avaliação de duas frentes potenciais para estreitamento do relacionamento, tendo em vista que não vislumbramos outro país tão interessado no Brasil como a China atualmente. A primeira delas refere-se às parcerias que devem se intensificar entre empresas chinesas e brasileiras nos segmentos de óleo e gás (frente às inúmeras necessidades da Petrobras) e de infraestrutura, com destaque para ferrovias, contemplando inclusive projetos ambiciosos e com financiamento vindo da China, levando em conta a experiência do país em desenvolver sua malha ferroviária. Ainda em fase mais inicial, entendemos que parcerias ligadas à inovação e tecnologia, além das relacionadas à produção de alimentos, deveriam focar em questões atreladas ao meio ambiente. Os avanços brasileiros em energia renovável e no aprimoramento tecnológico no setor de agronegócio poderiam ser oportunidades de aproximação com o parceiro chinês, em um contexto em que o combate à poluição e o aumento da produtividade no campo se tornam urgentes.

A visita de Li Keqiang e a expansão da presença chinesa no Brasil e na América Latina

Por Marcos Troyjo*

Se há uma conclusão a extrair do recente périplo do Premiê Chinês pela América do Sul é a de que Pequim deseja projetar o alcance de sua influência para muito além da mera vizinhança asiática. Tal irradiação de força econômica tem a ver com o interesse nacional chinês que coincide com um quadro de necessidades sul-americanas.

A corrida chinesa rumo ao *status* de superpotência econômica se deveu sobretudo ao extraordinário sucesso na aplicação de uma estratégia de nação-comerciante. Isso gerou perceptível desproporção da presença chinesa em diferentes âmbitos das relações econômicas internacionais. O gigantismo comercial da China, que há dois anos converteu-se na maior exportadora e importadora do mundo, não se fez acompanhar do papel do país como grande fonte de investimentos estrangeiros diretos. A visita de Li Keqiang ao Brasil e a outros países sul-americanos mostra, porém, que isto está mudando.

Comparar os perfis dos membros do “G2” (EUA e China) do mundo contemporâneo ilustra o ponto. A corrente de comércio exterior anual da China hoje é de

US\$ 4 trilhões. A dos EUA é de US\$ 3,9 trilhões. Já o estoque total de investimentos no exterior demonstra grande disparidade. Na ponta receptora, a China ultrapassou os EUA em 2014 como principal destino mundial de investimento estrangeiro (China: US\$ 127 bilhões e EUA: US\$ 86 bilhões). Na ponta emissora, a desproporção é brutal: os EUA contabilizam US\$ 6,5 trilhões e a China menos de 10% disso, com US\$ 614 bilhões. Ainda assim, a tendência é de maior convergência. Nos últimos dez anos, os EUA elevaram seu estoque de investimentos não financeiros no exterior em “apenas” 75%, enquanto a China os multiplicou 12 vezes.

Muitos acreditam que a estratégia chinesa de investimentos na América Latina não comporta muitas diferenças de país a país. Argumenta-se, por exemplo, que a China já vem mantendo esquemas semelhantes ao que se anunciou para o Brasil durante a visita de Li Keqiang em países como Equador ou México. Não é bem assim. São casos muito diferentes do Brasil, seja por conta da escala, seja pelas especificidades do modelo de inserção de cada um desses países na economia global.

O recente itinerário de Li Keqiang pela América do Sul também o levou a Colômbia, Peru e Chile.

O gigantismo comercial da China, que há dois anos converteu-se na maior exportadora e importadora do mundo, não se fez acompanhar do papel do país como grande fonte de investimentos estrangeiros diretos. A visita de Li Keqiang ao Brasil e a outros países sul-americanos mostra, porém, que isto está mudando.



* Marcos Troyjo é Diretor do BRICLab, Centro sobre Brasil, Rússia, Índia e China da Universidade Columbia, em que leciona relações internacionais.

Num primeiro exame, vê-se que o interesse chinês nesses três países reproduz o padrão maior das relações China-América Latina. Por um lado, exportações de bens manufaturados chineses, com cada vez mais componentes de alta tecnologia; por outro, oferta assegurada à China de bens primários.

Tais nações, no entanto, apresentam um cálculo a mais para Pequim. Todas estão engajadas, junto com o México, na chamada Aliança do Pacífico, bloco latino-americano orientado não às antigas teses de substituição de importações, mas à promoção de exportações. Dois deles (Peru e Chile), juntamente com México e outros países da Ásia e Oceania, estão na chamada Parceria para Comércio e Investimento do Pacífico (TPP), o que traz desafios geoeconômicos distintos de uma perspectiva de Pequim – que também deseja negociar uma grande área de cooperação econômica para o Pacífico, a Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (Alcap).

Esta foi a grande iniciativa de Xi Jinping durante a reunião de cúpula da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (Apec), realizada na capital chinesa em novembro último. Com ela, somada ao mercado interesse na África e na América Latina, a China dá provas definitivas de que sua extroversão no mundo tem múltiplas faces.

O Brasil é um caso algo distinto. O País apresenta uma ainda pujante força de empresariado industrial, apesar de desnacionalizado e cada vez menos competitivo. Nesse sentido, nossos vizinhos sul-americanos são ainda mais vulneráveis que o Brasil a uma redução do apetite da demanda chinesa por matérias-primas ou mesmo à queda generalizada do preço internacional das *commodities* nos últimos anos. O Brasil ainda é a segunda maior economia emergente,



A natureza do investimento chinês no Brasil é bem distinta, pois a maior parte do aporte de capital em empresas não visa fazer do Brasil uma grande plataforma de exportações, mas sobretudo focar-se na provisão ao mercado interno brasileiro.

menor apenas que a China, embora deva perder este posto para a Índia nos próximos anos.

Já no que diz respeito ao México, as motivações do investimento chinês são diferentes. Na condição de membro do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e associado a tratados econômicos com a União Europeia em diferentes setores, o México tende a atrair capitais chineses que buscam acesso privilegiado a esses mercados mais maduros. A expec-

tativa dos chineses é de que, ao instalarem plantas produtivas no México, suas exportações a partir deste país sejam tratadas como exportações mexicanas.

A natureza do investimento chinês no Brasil é bem distinta, pois a maior parte do aporte de capital em empresas não visa fazer do Brasil uma grande plataforma de exportações, mas sobretudo focar-se na provisão ao mercado interno brasileiro. Nesse contexto, o lote de capital posto à disposição do Brasil pela China durante a visita do Premiê Li Keqiang representa sem dúvida uma contribuição importante ao fortalecimento da infraestrutura no País. Conjuntamente, o ajuste fiscal brasileiro restringe novos comprometimentos orçamentários e, mesmo antes do desacerto macroeconômico dos últimos anos, o Brasil já vinha com uma taxa média de investimento em torno de apenas 16% do PIB, nível bastante abaixo dos países emergentes mais dinâmicos.

Assim, o capital chinês voltado à infraestrutura é muito bem-vindo. Com ele, a China aumenta seu papel como investidor no Brasil em ao menos três modalidades. Existe o aporte direto de companhias chinesas que estão comprando grande número de ativos empresariais brasileiros. Este tem sido um exemplo bem comum em diferentes elos da cadeia produtiva do agronegócio ou da energia, como enriquecimento de sementes ou painéis fotovoltaicos. Isso configura transferência de propriedade e, às vezes, desnacionalização, mas é um processo que geralmente vem acompanhado de novos investimentos na planta produtiva.

Há também o investimento do tipo “*greenfield*” em atividades essencialmente novas, como a instalação da montadora de veículos Chery, no Estado de São

Paulo. E, por último, disponibilizam-se igualmente recursos por parte de uma instituição de fomento chinesa como o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), que está criando um fundo de US\$ 50 bilhões acessível por meio de instituições brasileiras. Este tipo de aporte de capital aparentemente se orientará para viabilizar um empreendimento conjunto para produzir aço no Brasil ou ainda financiar uma linha ferroviária – a chamada “Bioceânica” – da costa brasileira no Atlântico até a costa peruana no Pacífico, a fim de reduzir custos de exportações para a China.

Os impactos de tal ligação ferroviária podem ser muito positivos na diminuição do custo logístico embutido sobretudo em *commodities* agrícolas e minerais. Aqui, para o produtor, a economia pode chegar a 40%, montante passível de ser reinvestido no aumento da produção ou mesmo no componente de maior valor agregado para o produto final. Quanto ao período logístico interno no Brasil, estudos mostram que, se alterarmos a composição de nossa pobre infraestrutura multimodal (hoje fortemente concentrada na rodovia) em favor do transporte ferroviário de cargas (mesmo o de baixa velocidade), o tempo despendido do ponto de origem no interior do país até um porto oceânico exportador seria cortado pela metade.

Ambientalistas brasileiros já se movimentam contra o projeto. Hoje, no entanto, tecnologias ferroviárias mais avançadas são de pequeno impacto sobre o ambiente. País algum do mundo teve seu patrimônio ambiental seriamente ameaçado pela expansão da malha ferroviária. No Brasil, então, essa discussão carece de histórico relevante. Há menos quilômetros de extensão ferroviária em operação hoje no Brasil

Quanto ao período logístico interno no Brasil, estudos mostram que, se alterarmos a composição de nossa pobre infraestrutura multimodal em favor do transporte ferroviário de cargas, o tempo despendido do ponto de origem no interior do país até um porto oceânico exportador seria cortado pela metade.



do que nos Estados Unidos no início da Guerra Civil. Além disso, os líderes do projeto podem constituir fundos específicos a partir da operação lucrativa da linha, de modo que recursos sejam revertidos em prol da sustentabilidade.

Para a China, é estratégico garantir que a América Latina possa cumprir seu papel como provedora das *commodities* agrícolas e minerais de que os chineses tanto necessitam. Com esse intuito, a China irrigará com pesados recursos a fraca infraestrutura desses países. Pequim dimensiona pragmaticamente seus interesses na região, ou seja, a América Latina é primordialmente fonte de matérias-primas e destino seguro para suas exportações de bens manufaturados. A grande parte das contrapartidas exigidas vem na forma de abertura para acesso prioritário chinês a energia, mineração, transporte, agropecuária e outros setores-chave. O acordo-quadro firmado entre China e Argentina em março último ilustra bem o ponto.

Ainda assim, as relações econômicas Brasil-China mudam num certo sentido a partir da visita de Li Ke-qiang. Para além de volumosos fluxos de comércio, o Brasil agora passa crescentemente a contar com a China também como ponto de partida de capital para investimentos.

Para o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), nova fase da relação impulsionará desenvolvimento no Brasil e na China.



Entrevista com Guicai Zhao, Presidente do ICBC no Brasil

O momento atual marca uma aproximação importante entre China e Brasil, tanto em termos políticos e governamentais quanto empresariais. Na avaliação do ICBC, qual é a importância da visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang e qual é o seu legado para esta relação?

Com a visita do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil e a assinatura de acordos de cooperação em diversos níveis e setores, como economia, esporte e cultura, e abrangendo também o Governo, pode-se afirmar que a cooperação sino-brasileira avançou mais uma fase. O Premiê propôs um modelo, que batizou de 3x3, para a cooperação entre a América Latina e a China. O primeiro passo consistirá na construção de um conjunto de canais em três eixos, a saber, informação, energia e logística. De-

pois, será preciso, a partir do respeito às leis de mercado, garantir interações positivas entre o Governo, a sociedade e as empresas. Por fim, será necessário expandir as formas de financiamento a partir de três caminhos: fundos, crédito e seguros.

A cooperação bilateral sino-brasileira poderá atrair mais oportunidades de investimento estrangeiro ao Brasil e fortalecer a cooperação entre os dois países, promovendo não apenas o desenvolvimento de ambos, mas garantindo a melhoria dos padrões de vida de brasileiros e chineses.

Que áreas de negócios o senhor acredita que sofrerão mais impulso com esta última visita?

Certamente, infraestrutura e agricultura. Mas também a capacidade de cooperação.

A defasagem de infraestrutura no Brasil restringiu drasticamente o desenvolvimento da economia brasileira como um todo. Já a China possui tanto capital quanto experiência e tecnologia avançada para construir o que falta por aqui.

Agora, pensando em agricultura, o Brasil tem um vasto território, os recursos fundiários são abundantes e o país é líder mundial em tecnologia agrícola. Em contrapartida, a China é o maior mercado global para produtos agrícolas, fomentando a complementaridade entre as duas economias.

Atualmente, o Brasil trabalha em es-

“

A defasagem de infraestrutura no Brasil restringiu drasticamente o desenvolvimento da economia brasileira como um todo. Já a China possui tanto capital quanto experiência e tecnologia avançada para construir o que falta por aqui.”

estratégias para fortalecer o nível de industrialização, e a China, em implementações e inovações voltadas ao desenvolvimento do país. A título de exemplo, temos o projeto da ferrovia transoceânica – que mesmo tendo sido apresentado há alguns anos pelos líderes latino-americanos, jamais saiu do papel. Apenas um mês depois da visita do Primeiro-Ministro chinês, apoiada nas políticas defendidas pelo Presidente da China, Xi Jinping, empresas chinesas com capacidade de atuação na transoceânica já começaram a estudar a viabilidade do projeto.

No que tange o fortalecimento crescente da relação bilateral no setor financeiro, o ICBC assinou acordos importantes, entre os quais um referente à criação de um fundo junto à Caixa Econômica Federal. Qual é a relevância para o banco desse acordo e como ele pode impulsionar as relações sino-brasileiras?

O Memorando de Entendimento celebrado entre o ICBC e a Caixa Econômica Federal, sem valor definido ainda, não é o mesmo acordo de US\$ 50 bilhões divulgado pela mídia brasileira. Os detalhes deste acordo ainda estão sendo trabalhados, mas o enfoque será nas áreas de energia limpa, infraestrutura, agricultura ecológica e outras áreas de proteção ambiental. Acredito que o



“

Nota-se a importância da relação sino-brasileira para o Governo Chinês através das frequentes visitas oficiais ao Brasil – a vinda do Primeiro-Ministro Li Keqiang ocorreu menos de um ano após a visita do Presidente Xi Jinping, em julho de 2014.”

acordo auxiliará positivamente na promoção do desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Existe algum ponto que o ICBC gostaria de destacar sobre a visita ou o cenário futuro para a relação Brasil-China?

Nota-se a importância da relação sino-brasileira para o Governo Chinês através das frequentes visitas oficiais ao Brasil – a vinda do Primeiro-Ministro Li Keqiang ocorreu menos de um ano após a visita do Presidente Xi Jinping, em julho de 2014.

São notáveis os efeitos da visita do Primeiro-Ministro, tornando a cooperação entre os países mais sólida. Economia, comércio e investimento são setores de cooperação de relevância para o Brasil e a China, que poderão, uma vez buscado o benefício mútuo, promover de maneira eficaz o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das populações dos dois países.

Huawei aposta em inovação no mercado brasileiro, que considera competitivo e exigente



Entrevista com Gavin Yang, Diretor de Relações Públicas e Comunicação da Huawei para a região Sul da América do Sul

A Huawei atua no Brasil desde 1999 através de parcerias estabelecidas com as principais operadoras de telefonia móvel e fixa no país e é líder no mercado de banda larga fixa e móvel. Na recente visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang, a cooperação entre os dois países ganhou ainda mais fôlego, particularmente na área de telecomunicações e ciência e tecnologia. Como a Huawei avalia esse processo?

Desde 1999, quando chegou ao Brasil, a Huawei tem contribuído para o desenvolvimento da indústria da tecnologia da informação e comunicação (TIC). Por exemplo, instalou centros de inovação, unidades de manufatura e um centro de abastecimento regional, além de ter investido na capacitação em TIC para profissionais e estudantes. Em

parceria com as operadoras de telecomunicações, a Huawei contribuiu para acelerar a implantação de redes fixas e móveis. Nossa história de sucesso ainda inclui apoio ao Governo Brasileiro nos testes da tecnologia *Long Term Evolution* (LTE) em frequências baixas, o que contribuiu para o aumento da cobertura de banda larga nas zonas rurais e, consequentemente, para a redução do abismo digital no país.

Nesse período, a Huawei testemunhou o fortalecimento da relação entre a China e o Brasil, do qual a empresa se orgulha em ser integrante. Acreditamos que a colaboração entre as nações ampliará a troca de conhecimento e criará mais oportunidades de negócios.

Em termos de inovação e tecnologia, a

Huawei entende que Brasil e China têm muito em comum, não só por serem parte dos BRICS, mas também porque ambos os países consideram a TIC e a educação como prioridades para o desenvolvimento. Em março deste ano, a Huawei lançou o Índice Global de Conectividade 2015, que apontou que ambos os países alcançaram boas posições entre as economias com maior gasto em TIC em relação ao PIB. Além disso, os dois países não apenas têm alta demanda por infraestrutura de TIC, mas também compartilham características semelhantes, incluindo a necessidade de uma infraestrutura de redes robusta e estável para sustentar o crescimento socioeconômico.

“

Os dois países não apenas têm alta demanda por infraestrutura de TIC, mas também compartilham características semelhantes, incluindo a necessidade de uma infraestrutura de redes robusta e estável para sustentar o crescimento socioeconômico.”



“

A Huawei está empenhada em investir na localização de suas atividades e na redução da desigualdade digital. Nós também acreditamos que todas as partes interessadas devem colaborar para o desenvolvimento da indústria local de TIC, e por isso contribuimos com ciência e tecnologia no Brasil.”

A Huawei tem realizado investimentos em P&D no Brasil, dentre eles, a criação de um laboratório com o CPqD para fomentar a inovação em 4G. Na visita do Primeiro-Ministro foi assinado um acordo de cooperação com a CAPES. Poderia nos explicar o andamento destes projetos e qual é a estratégia da Huawei na área de ciência e tecnologia no Brasil?

A inovação está no nosso DNA, e nós entendemos que o Brasil desempenha um papel fundamental no mercado global das TIC devido a uma combinação de alto gasto relativo em TIC e enorme potencial de crescimento. Além disso, a Huawei está empenhada em investir na localização de suas atividades e na redução da desigualdade digital. Nós também acreditamos que todas as partes interessadas devem colaborar para o desenvolvimento da indústria local de TIC, e por isso contribuimos com ciência e tecnologia no Brasil.

Uma das iniciativas é o programa global chamado *Seeds for the Future*, que oferece treinamento em tecnologias de ponta para estudantes em dezenas de países. Em parceria com a CAPES, a Huawei lançou a primeira edição do *Seeds for the Future* no Brasil com os estudantes que participam do programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal. A cerimônia de abertura foi realizada em 16 de junho na sede da Huawei

em Shenzhen, na China, e contou com a presença do Cônsul Geral do Brasil em Guangzhou, José Vicente da Silva Lessados, além dos 15 alunos brasileiros e de lideranças da Huawei.

A Huawei é uma empresa privada, um perfil de companhias chinesas que cada vez mais se projeta no mercado internacional. Devemos imaginar que mais players aportarão no Brasil?

A Huawei é líder global em soluções de TIC e pertence integralmente a seus funcionários, operando em mais de 170 países e territórios. A Huawei está orgulhosa de assumir a liderança no processo de globalização entre as empresas chinesas, bem como na demonstração de que as empresas sediadas na China têm, de fato, se tornado muito inovadoras. No ano passado, a Huawei foi reconhecida pela Interbrand como uma das 100 melhores marcas globais e nomeada um “Inovador Global” pela Thomson Reuters, apenas para citar alguns reconhecimentos. Acreditamos que a satisfação do cliente e um senso positivo entre formadores de opinião em relação à China começam a transformar o conceito de mercadorias “Made in China” em produtos inovadores “Designed in China”. A Huawei pode ser inspiração para outras empresas chinesas terem sucesso no Brasil.

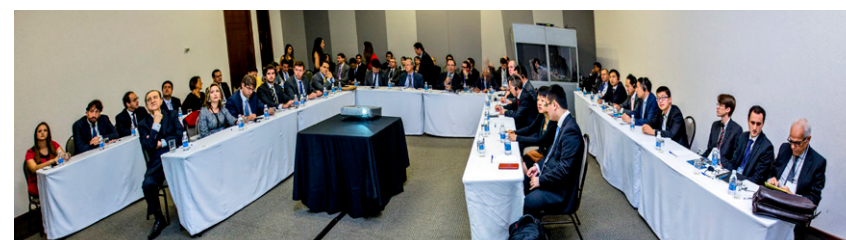
Estando entre os pioneiros, o que a Huawei já assimilou em relação ao mercado brasileiro?

O Brasil é um mercado muito competitivo e os clientes locais sempre demandam serviços de alta qualidade. Um exemplo foi a Copa do Mundo de 2014, quando todas as operadoras de telecomunicações no Brasil tiveram um grande desafio para garantir que as redes de comunicações fossem robustas e estáveis para gerenciar uma enorme demanda por tráfego. Após a final da Copa, não foi verificado qualquer incidente e todo o país elogiou os serviços de telecomunicações dentro e fora dos estádios. A fim de atender e superar as expectativas dos clientes no Brasil, contamos com uma estrutura sólida e uma equipe profissional muito talentosa.

O CEBC no contexto da visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang

Em razão da visita do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil, o Conselho Empresarial Brasil-China realizou, no dia 18 de maio, um jantar empresarial que contou com mais de 300 convidados, entre empresários brasileiros e chineses. Antecedendo o jantar uma rodada de negócios e um seminário sobre infraestrutura e projetos na área de ferrovias apresentado por grandes especialistas. Patrocinado pelo Bradesco BBI e Itaú BBA, o jantar empresarial contou com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, e do Ministro Gao Hucheng, do Ministério do Comércio da China (MOFCOM).

No dia 19 de maio foi realizada a Cúpula Empresarial Brasil-China, no Palácio do Itamaraty, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, em que se discutiu a cooperação bilateral no âmbito produtivo, de infraestrutura e financeiro. O encerramento contou com os pronunciamentos da Presidente Dilma Rousseff e do Primeiro-Ministro Li Keqiang.



Documentos assinados no contexto da visita de Estado do Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China alusiva à visita do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang.

<http://goo.gl/mqAHPV>

Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China - 2015-2021.

<http://goo.gl/AC7lbq>

BM&F BOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros and Bank of China Limited: Memorandum of Understanding regarding Strategic Cooperation.

<http://goo.gl/k3rKYR>

Financing Framework Agreement between the Export-Import Bank of China and Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social and Tian Jin Bohai Leasing co., Limited and Embraer S.A.

<http://goo.gl/cd80iN>

Agreement for Scientific Collaboration between the Shanghai Astronomical Observatory and the National Observatory of Brazil (2016-2020).

<http://goo.gl/QgW892>

Memorandum of Understanding between “Caixa Econômica Federal” (Caixa) and “Industrial and Commercial Bank of China” (ICBC).

<http://goo.gl/oazRLI>

Memorando de Entendimento para a Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China.

<http://goo.gl/8ZY1Hn>

Protocolo entre a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil em relação às condições de quarentena e sanitárias veterinárias da carne bovina a ser exportada do Brasil para a China.

<http://goo.gl/ESGn1Z>

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China em Cooperação em Saúde Animal e Quarentena.

<http://goo.gl/v9hNaR>

Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao “Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior”.

<http://goo.gl/JuVlw6>

Framework Agreement between the National Development and Reform Commission of the People’s Republic of China and the Ministry of Planning, Budget and Management of the Federative Republic of Brazil for Developing Investment and Cooperation on Production Capacity.

<http://goo.gl/bZQEmN>

Memorandum of Understanding between the Ministry of Transport of the Federative Republic of Brazil, the National Development and Reform Commission of the People’s Republic of China and the Ministry of Transport and Communications of the Republic of Peru on Joint Conduction of the Basic Feasibility Studies for a Bioceanic Railway Connection.

<http://goo.gl/fj00Ik>

Memorandum of Understanding on the Cooperation in the Nuclear Sector between Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR and China National Nuclear Corporation.

<http://goo.gl/c76JQG>

Memorando de Entendimento do Estabelecimento de Mecanismo de Trabalho Conjunto entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa da República Popular da China relativo à área de sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação.

<http://goo.gl/E3OEEM>

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre mudança do clima.

<http://goo.gl/hsnmM2>

Discursos proferidos durante a visita de Estado do Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang

Palavras do Ministro Armando Monteiro por ocasião do jantar oferecido pelo Conselho Empresarial Brasil-China, com a presença do Ministro do Comércio da China, Gao Hucheng.

<http://goo.gl/wrG0Yk>

Declaração à Imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos entre Brasil e China – Brasília/DF.

<http://goo.gl/6YFRnm>

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil-China – Palácio Itamaraty.

<http://goo.gl/EHQBQO>

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem ao Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang e senhora Cheng Hong – Palácio Itamaraty.

<http://goo.gl/OLtswp>

Discurso proferido pelo Ministro do Comércio da China no Encontro Empresarial Brasil-China.

<http://goo.gl/iPLKoW>

Discurso proferido pelo Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, na declaração à imprensa, junto com a Presidenta Dilma Rousseff.

<http://goo.gl/8gJq2r>

Discurso do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Li Keqiang, na Cerimônia de Encerramento da Cúpula Empresarial China-Brasil.

<http://goo.gl/TsjyXD>

CARTA BRASIL-CHINA

é uma publicação da Secretaria Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne reflexões acerca dos principais tópicos da agenda sino-brasileira, por meio de entrevistas, artigos e análises, cedidas por renomados estudiosos da área, empresários e membros dos governos brasileiro e chinês com experiência prática nas relações bilaterais.

PATROCINADOR OFICIAL DESTA PUBLICAÇÃO:



O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

PRESIDENTE EMÉRITO

Embaixador Sergio Amaral

VICE-PRESIDENTES

Marcio Senne de Moraes

Diretor de Relações Externas da Vale

Marcos Sawaya Jank

Diretor Executivo Global para Assuntos Corporativos da BRF

Octavio de Barros

Economista-chefe do Bradesco

DIRETORES

Alfredo de Goeve

Presidente da Sertrading

Nelson Salgado

Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Embraer

Pedro Freitas

Sócio do Veirano Advogados

Roberto Milani

Vice-Presidente da Comexport

Roberto Dias

Diretor de Assuntos Institucionais da Odebrecht

Renato Lulia Jacob

Diretor e Membro do Conselho do Itaú BBA International

DIRETORA DE ECONOMIA

Fabiana D'Atri

Economista Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco

MEMBROS HONORÁRIOS

Luiz Fernando Furlan

Ivan Ramalho

SECRETARIA EXECUTIVA DO CEBEC

Secretária Executiva

Julia Dias Leite

julia.diasleite@cebc.org.br

Coordenador de Pesquisa e Análise

Santiago Bustelo

santiago.bustelo@cebc.org.br

Analistas de Relações Internacionais

Karen Grimmer

karen.grimmer@cebc.org.br

Tulio Cariello

tulio.cariello@cebc.org.br

Administração

Jordana Gonçalves

jordana.goncalves@cebc.org.br

Colaboradora Especial

Janaína Camara da Silveira

Revisão

Carla Duarte

Projeto Gráfico

Presto Design

Para fazer alguma crítica ou sugestão, entre em contato com a Secretaria Executiva do CEBEC:

cebc@cebc.org.br

+55 21 3212-4350

www.cebc.org.br